

FÁBIO BELLOTE GOMES

—

MANUAL
DE DIREITO
EMPRESARIAL

9^a
edição

revista,
atualizada e
reformulada

9




EDITORA
MÉTODO

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam de acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que os dados contidos no texto estão corretos e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 23.02.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 9ª edição.
- Capa: Anderson Pereira; adaptação por Rejane Megale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G614m
9. ed.

Gomes, Fábio Bellote
Manual de direito empresarial / Fábio Bellote Gomes. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
456 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-329-5

1. Direito empresarial. 2. Direito comercial. 3. Sociedades comerciais. 4. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título.

22-76076

CDU: 347.72

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

SUMÁRIO



CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DA EMPRESA	1
1.1. Introdução	1
1.2. Conceito de direito empresarial	3
1.3. Características distintas do Direito Empresarial no âmbito do direito privado	3
1.3.1. Simplicidade	4
1.3.2. Cosmopolitismo ou universalismo	4
1.3.3. Onerosidade	4
1.4. Fontes formais do Direito Comercial ou Empresarial	5
1.5. Fases e teorias formadoras do direito comercial ou empresarial	5
1.5.1. Fase Subjetiva – Corporações de Ofício	5
1.5.2. Fase Objetiva – Teoria dos Atos de Comércio	6
1.5.3. Fase Organizacional – Teoria da Empresa	8
1.6. Formas de exercício da atividade empresarial	9
1.6.1. Exercício individual da empresa	9
1.6.2. Exercício coletivo da empresa	11
1.6.3. O fim da empresa individual de responsabilidade limitada	12
1.7. O empresário	13
1.7.1. Intermediação	17
1.7.2. Especulação com finalidade de lucro	17
1.7.3. Profissionalidade	17
1.7.4. Capacidade	18
1.8. Da proteção constitucional à atividade empresarial: livre-iniciativa e livre concorrência	18
1.9. Da inscrição do empresário no registro de empresas	19
1.10. Condições para o exercício da atividade empresarial	20
1.11. Vedações ao exercício da atividade empresarial	21
1.11.1. Regimes tributários diferenciados	22
1.11.1.1. Microempreendedor Individual (MEI)	22
1.11.1.2. Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)	23
1.11.2. As <i>startups</i> no Direito Empresarial brasileiro	24

1.12.	Obrigações comuns aos empresários e às sociedades empresárias	27
1.12.1.	Da obrigatoriedade de inscrição no registro de empresas.....	27
1.12.1.1.	Juntas comerciais	28
1.12.2.	Da obrigatoriedade de manutenção dos livros empresariais.....	30
1.12.3.	Da obrigatoriedade de confecção anual de balanço patrimonial.....	32
1.13.	Empresário de fato e empresário irregular	32
1.14.	Agentes auxiliares da empresa.....	34
1.15.	Estabelecimento empresarial.....	36
1.15.1.	Definição	36
1.15.2.	Características gerais.....	38
1.15.3.	Elementos do estabelecimento empresarial.....	39
1.15.3.1.	Elementos corpóreos (móveis e imóveis)	39
1.15.3.2.	Elementos incorpóreos	40
1.15.3.2.1.	Nome empresarial.....	40
1.15.3.2.2.	Título de estabelecimento.....	45
1.15.3.2.3.	Clientela e freguesia	45
1.15.3.2.4.	Ponto comercial.....	47
1.15.3.2.5.	Aviamento.....	49
1.15.3.2.6.	Locação comercial ou locação empresarial.....	51
1.15.4.	Trespasse e responsabilidade na alienação do estabelecimento empresarial	51
1.16.	Empresa, direito digital e comércio eletrônico	54
1.17.	A empresa e a proteção ao consumidor	60
1.17.1.	Aspectos gerais.....	60
1.17.2.	Direitos básicos do consumidor	61
1.17.3.	Hipóteses de responsabilidade do fornecedor.....	64
1.17.3.1.	Fornecimento perigoso	64
1.17.3.2.	Fornecimento defeituoso	64
1.17.3.3.	Fornecimento viciado.....	66
1.17.4.	Publicidade.....	67
1.17.4.1.	Publicidade enganosa.....	68
1.17.4.2.	Publicidade abusiva.....	68
CAPÍTULO 2 – DIREITO SOCIETÁRIO		69
2.1.	Introdução.....	69
2.2.	Pessoas jurídicas de direito público.....	69
2.3.	Pessoas jurídicas de direito privado	70
2.3.1.	Associações.....	70
2.3.2.	Fundações.....	71
2.3.3.	Sociedades	72

2.4.	A personificação societária e as sociedades não personificadas.....	72
2.4.1.	Sociedade em comum.....	73
2.4.2.	Sociedade em conta de participação	74
2.5.	Sociedades personificadas	75
2.5.1.	Classificação das sociedades personificadas.....	76
2.5.1.1.	Classificação quanto à natureza da sociedade.....	76
2.5.1.2.	Classificação quanto à responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.....	77
2.5.1.3.	Classificação quanto às formas de constituição societária	82
2.5.1.4.	Classificação quanto às hipóteses de dissolução societária	88
2.5.1.4.1.	Aspectos gerais da dissolução parcial societária	90
2.5.1.5.	Da responsabilidade do ex-sócio por dívidas da sociedade.....	94
2.6.	Sociedades simples.....	96
2.6.1.	Tipos societários	96
2.6.2.	Constituição e deliberações sociais.....	97
2.6.3.	Responsabilidade dos sócios	98
2.6.4.	Administração social.....	100
2.6.5.	Sociedade cooperativa	101
2.7.	Sociedades empresárias.....	103
2.7.1.	Tipos societários	103
2.7.1.1.	Sociedade em nome coletivo.....	103
2.7.1.2.	Sociedade em comandita simples.....	104
2.7.1.3.	Sociedade limitada.....	105
2.7.1.3.1.	Características gerais	105
2.7.1.3.2.	Administração social.....	107
2.7.1.3.3.	Nome empresarial.....	108
2.7.1.3.4.	Conselho fiscal	109
2.7.1.3.5.	Deliberações dos sócios.....	110
2.7.2.	Transformação, incorporação, fusão e cisão.....	114
2.8.	Sociedade por ações.....	114
2.8.1.	Características gerais.....	114
2.8.2.	Classificação das sociedades por ações.....	115
2.8.2.1.	Sociedade por ações de capital aberto e sociedade por ações de capital fechado	115
2.8.2.2.	Sociedade de economia mista	115
2.8.2.3.	Sociedade Subsidiária integral.....	116
2.8.2.4.	Companhia de Menor Porte.....	117
2.8.2.5.	Sociedade Anônima do Futebol.....	118
2.8.3.	Capital social.....	120

2.8.3.1.	Aspectos gerais.....	120
2.8.3.2.	Formação do capital social: quotas <i>versus</i> ações.....	121
2.8.4.	Constituição.....	122
2.8.4.1.	Constituição por subscrição particular.....	123
2.8.4.2.	Constituição por subscrição pública.....	123
2.8.5.	Títulos emitidos pela sociedade por ações.....	123
2.8.5.1.	Ações.....	124
2.8.5.1.1.	Classificação das ações quanto à natureza.....	124
2.8.5.1.2.	Classificação das ações quanto à sua forma.....	125
2.8.5.2.	Partes beneficiárias.....	126
2.8.5.3.	Debêntures.....	126
2.8.5.4.	Bônus de subscrição.....	127
2.8.6.	Acionista.....	127
2.8.6.1.	Direitos essenciais dos acionistas.....	128
2.8.6.2.	O acionista e o direito ao dividendo.....	129
2.8.6.3.	Considerações sobre o direito de voto: voto plural x voto múltiplo.....	130
2.8.6.4.	Acionista controlador.....	131
2.8.6.5.	Acordos de acionistas.....	134
2.8.7.	Órgãos sociais.....	134
2.8.7.1.	Assembleias gerais.....	134
2.8.7.1.1.	Assembleia geral ordinária (AGO).....	137
2.8.7.1.2.	Assembleia geral extraordinária (AGE)....	138
2.8.7.1.3.	Assembleias especiais.....	140
2.8.7.2.	Conselho de administração.....	140
2.8.7.3.	Diretoria.....	141
2.8.7.4.	Conselho fiscal.....	142
2.8.7.5.	Outros órgãos consultivos.....	144
2.8.8.	Aspectos legais da administração das sociedades por ações.....	144
2.8.8.1.	Dever de diligência.....	145
2.8.8.2.	Dever de lealdade.....	145
2.8.8.3.	Dever de informar.....	145
2.8.8.4.	Dever de sigilo.....	146
2.8.8.5.	Responsabilidade dos administradores das sociedades por ações.....	146
2.8.8.6.	Ação de responsabilidade.....	147
2.8.9.	Demonstrações financeiras.....	147
2.8.10.	Dissolução das sociedades por ações.....	150
2.8.10.1.	Dissolução de pleno direito.....	151
2.8.10.2.	Dissolução por decisão judicial.....	151
2.8.10.3.	Dissolução por decisão de autoridade administrativa ...	152

2.8.11.	Liquidação das sociedades por ações	152
2.8.11.1.	Liquidação extrajudicial.....	152
2.8.11.2.	Liquidação judicial.....	153
2.8.11.3.	Liquidante.....	153
2.8.11.4.	Assembleia geral	154
2.8.11.5.	Pagamento do passivo, partilha do ativo e prestação de contas	154
2.8.11.6.	Direito de credor não satisfeito.....	154
2.8.12.	Extinção das sociedades por ações.....	155
2.8.13.	Modificações na estrutura das sociedades por ações	155
2.8.13.1.	Transformação.....	155
2.8.13.2.	Incorporação.....	156
2.8.13.3.	Fusão	156
2.8.13.4.	Cisão	157
2.8.13.5.	Regras comuns à incorporação, fusão e cisão	157
2.8.13.6.	Direitos dos credores na incorporação ou na fusão	158
2.8.13.7.	Direitos dos credores na cisão.....	158
2.8.14.	Grupo de sociedades.....	159
2.8.15.	Consórcio	161
2.8.16.	Sociedade em comandita por ações.....	161
2.8.16.1.	Características gerais.....	161
2.8.16.2.	Administração social e responsabilidade dos administradores.....	161
2.8.16.3.	Limitações da assembleia geral	162
2.9.	Sociedades de grande porte.....	162
2.10.	Conceitos complementares do Código Civil.....	163
2.10.1.	Sociedade dependente de autorização	163
2.10.1.1.	Sociedade nacional.....	163
2.10.1.2.	Sociedade estrangeira	164
2.11.	Sociedades <i>off-shore</i>	164
2.12.	Responsabilidade patrimonial dos sócios e dos administradores	166
2.12.1.	Aspectos gerais.....	166
2.12.2.	Regras gerais de responsabilidade	166
2.12.3.	Regras específicas dos tipos societários.....	166
2.12.3.1.	Sociedades limitadas	167
2.12.3.2.	Sociedades por ações	167
2.12.4.	Principais hipóteses de responsabilidade definidas em leis especiais.....	168
2.12.4.1.	Obrigações tributárias.....	168
2.12.4.2.	Obrigações trabalhistas	168
2.12.4.3.	Falência	169
2.13.	Quadro geral das sociedades	170

CAPÍTULO 3 – TÍTULOS DE CRÉDITO.....	171
3.1. Teoria geral dos títulos de crédito.....	171
3.2. Origem histórica.....	171
3.3. Definição.....	172
3.4. Características essenciais dos títulos de crédito.....	173
3.4.1. Cartularidade.....	173
3.4.2. Autonomia.....	174
3.4.2.1. Abstração.....	174
3.4.2.2. Inoponibilidade de exceções.....	175
3.4.3. Literalidade.....	177
3.5. A sistemática legal dos títulos de crédito e o Código Civil.....	178
3.6. Classificação dos títulos de crédito.....	179
3.6.1. Quanto à natureza.....	179
3.6.1.1. Títulos de crédito causais.....	179
3.6.1.2. Títulos de crédito abstratos.....	179
3.6.2. Quanto ao modo de circulação.....	180
3.6.2.1. Títulos de crédito à ordem.....	180
3.6.2.2. Títulos de crédito ao portador.....	180
3.6.2.3. Títulos de crédito nominativos.....	181
3.6.3. Quanto à estrutura jurídica.....	182
3.6.3.1. Ordens de pagamento.....	182
3.6.3.2. Promessas de pagamento.....	182
3.7. Elementos conexos à matéria títulos de crédito.....	183
3.7.1. Endosso e cessão de crédito.....	183
3.7.1.1. Endosso.....	183
3.7.1.2. Cessão de crédito.....	184
3.7.2. Aval e fiança.....	185
3.7.2.1. Aspectos gerais das garantias no Direito brasileiro... ..	185
3.7.2.2. Formas de aval.....	186
3.7.3. Protesto.....	187
3.7.3.1. Definição.....	187
3.7.3.2. Características gerais.....	187
3.7.3.3. Motivos legais para o protesto.....	188
3.7.3.4. Modalidades de protesto.....	188
3.7.3.5. Prazos para protesto.....	189
3.7.3.6. Sustação de protesto e cancelamento de protesto.....	190
3.7.3.7. Protesto da duplicata escritural ou eletrônica.....	191
3.7.4. Ação executiva cambial, processo de conhecimento e ação monitória.....	191
3.8. Títulos de crédito em espécie.....	192
3.8.1. Letra de câmbio.....	192
3.8.1.1. Definição.....	192
3.8.1.2. Partes na letra de câmbio.....	193

3.8.1.3.	Características gerais.....	193
3.8.1.4.	Requisitos essenciais	194
3.8.1.5.	Aceite da letra de câmbio	194
3.8.1.6.	Vencimento	195
3.8.1.7.	Vencimento antecipado.....	196
3.8.1.8.	Ressaque da letra de câmbio.....	196
3.8.1.9.	Duplicata da letra de câmbio.....	196
3.8.1.10.	Protesto da letra de câmbio	196
3.8.1.11.	Prazos para a propositura de ação executiva baseada na letra de câmbio	197
3.8.1.12.	Modelo de letra de câmbio	197
3.8.2.	Nota promissória.....	198
3.8.2.1.	Definição.....	198
3.8.2.2.	Partes na nota promissória	198
3.8.2.3.	Características gerais.....	198
3.8.2.4.	Requisitos essenciais	198
3.8.2.5.	Protesto da nota promissória.....	199
3.8.2.6.	Prazos para a propositura de ação executiva baseada na nota promissória	199
3.8.2.7.	Modelo de nota promissória	200
3.8.3.	Cheque.....	201
3.8.3.1.	Definição.....	201
3.8.3.2.	Partes no cheque.....	201
3.8.3.3.	Características gerais.....	201
3.8.3.4.	Requisitos essenciais	202
3.8.3.5.	Prazo de apresentação ao banco sacado.....	202
3.8.3.6.	Do pagamento do cheque	203
3.8.3.7.	Hipóteses de não pagamento de cheque pelo sacado...	204
3.8.3.8.	Modalidades de cheque	206
3.8.3.9.	Prazos para protesto do cheque	207
3.8.3.10.	Cheque pré-datado e cheque pós-datado	208
3.8.3.11.	Prazos prescricionais do cheque	210
3.8.3.12.	Modelo de cheque	212
3.8.4.	Duplicata.....	212
3.8.4.1.	Definição.....	212
3.8.4.2.	Partes na duplicata.....	214
3.8.4.3.	Características gerais.....	214
3.8.4.4.	Requisitos essenciais	215
3.8.4.5.	Aceite da duplicata mercantil.....	215
3.8.4.6.	Prazos para protesto da duplicata	216
3.8.4.7.	Prazos prescricionais para a propositura de ação executiva baseada em duplicata	217
3.8.4.8.	Duplicata virtual	217

3.8.4.9.	Duplicata escritural ou eletrônica	219
3.8.4.10.	Duplicata eletrônica <i>versus</i> duplicata virtual.....	220
3.8.5.	Modelos de duplicata.....	221
3.9.	Títulos de crédito próprios e impróprios.....	222
3.9.1.	Títulos de crédito próprios.....	223
3.9.2.	Títulos de crédito impróprios.....	223
3.9.2.1.	Títulos representativos.....	223
3.9.2.2.	Títulos de financiamento.....	225
3.9.2.3.	Títulos de investimento.....	228
CAPÍTULO 4 – CONTRATOS EMPRESARIAIS.....		231
4.1.	Introdução: fatos, atos e negócios jurídicos	231
4.2.	Fontes das obrigações	231
4.2.1.	Lei.....	231
4.2.2.	Contrato.....	231
4.2.3.	Ato ilícito.....	232
4.2.4.	Declaração unilateral de vontade.....	232
4.3.	Modalidades de obrigações.....	232
4.3.1.	Obrigações de dar.....	232
4.3.2.	Obrigações de fazer.....	232
4.3.3.	Obrigações de não fazer.....	232
4.4.	Condições de validade dos contratos.....	233
4.5.	Fundamentos da teoria geral dos contratos.....	233
4.5.1.	Limitação da liberdade de contratar pela função social do contrato	233
4.5.2.	Exceção do contrato não cumprido	234
4.5.3.	Teoria da imprevisão.....	234
4.6.	Formas de ruptura e extinção do vínculo contratual.....	234
4.6.1.	Invalidação.....	234
4.6.2.	Dissolução do vínculo contratual	234
4.7.	Regimes jurídicos aplicáveis às relações contratuais.....	235
4.8.	Contratos eletrônicos e <i>smart contracts</i>	236
4.9.	Contratos mercantis e contratos empresariais	237
4.10.	Contratos empresariais em espécie	237
4.10.1.	Mandato empresarial	237
4.10.1.1.	Definição.....	237
4.10.1.2.	Características gerais.....	238
4.10.1.3.	Obrigações do mandante e do mandatário	239
4.10.1.4.	Hipóteses de extinção do mandato empresarial	239
4.10.2.	Comissão empresarial	240
4.10.2.1.	Definição.....	240
4.10.2.2.	Características gerais.....	241

4.10.2.3.	Responsabilidade do comissário	241
4.10.2.4.	Hipóteses de extinção da comissão empresarial	242
4.10.3.	Representação comercial autônoma	242
4.10.3.1.	Definição	242
4.10.3.2.	Características gerais	243
4.10.3.3.	Elementos do contrato de representação comercial autônoma	244
4.10.3.4.	Hipóteses de rescisão do contrato de representação comercial	245
4.10.4.	Franquia empresarial – <i>franchising</i>	246
4.10.4.1.	Definição	246
4.10.4.2.	Características gerais	247
4.10.4.2.1.	Contrato de engenharia ou projeto	247
4.10.4.2.2.	Contrato de gerenciamento empresarial	248
4.10.4.2.3.	Contrato de publicidade	248
4.10.4.3.	Obrigações do franqueador	248
4.10.4.4.	Obrigações do franqueado	251
4.10.5.	Agência e distribuição	251
4.10.5.1.	Definição	251
4.10.5.2.	Distribuição-aproximação e distribuição-intermediação	252
4.10.5.3.	Características gerais	253
4.10.5.4.	Obrigações das partes	254
4.10.6.	Concessão comercial	254
4.10.6.1.	Definição	254
4.10.6.2.	Características gerais	255
4.10.6.3.	Direitos e deveres das partes	256
4.10.6.4.	Convenções	257
4.10.6.4.1.	Convenções das categorias econômicas	257
4.10.6.4.2.	Convenções de marca	258
4.10.6.5.	Hipóteses de rescisão contratual	259
4.10.7.	Compra e venda empresarial	259
4.10.7.1.	Definição	259
4.10.7.2.	Características gerais	260
4.10.7.3.	Formas de classificação	261
4.10.7.3.1.	Quanto ao modo de execução	261
4.10.7.3.2.	Quanto à forma de apresentação das mercadorias	261
4.10.7.4.	Obrigações das partes	262
4.10.7.5.	<i>Incoterms</i>	262
4.10.7.5.1.	Vendas efetuadas na partida (identificadas pelas letras E-F-C)	263
4.10.7.5.2.	Vendas efetuadas na chegada (identificadas pela letra D)	264

4.10.7.6.	Cláusulas especiais à compra e venda.....	265
4.10.7.6.1.	Retrovenda.....	265
4.10.7.6.2.	Venda a contento e venda sujeita a prova	265
4.10.7.6.3.	Preempção ou preferência	266
4.10.7.6.4.	Compra e venda com reserva de domínio.....	266
4.10.7.6.5.	Venda sobre documentos.....	267
4.10.7.7.	Contrato estimatório.....	267
4.10.8.	Alienação fiduciária em garantia.....	268
4.10.8.1.	Definição.....	268
4.10.8.2.	Características gerais.....	269
4.10.8.3.	Requisitos essenciais do contrato de alienação fiduciária em garantia	270
4.10.9.	Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	271
4.10.9.1.	Definição.....	271
4.10.9.2.	Características gerais.....	272
4.10.9.3.	Modalidades de arrendamento mercantil.....	273
4.10.9.3.1.	Arrendamento mercantil financeiro (<i>leasing</i> financeiro).....	273
4.10.9.3.2.	Arrendamento mercantil operacional (<i>leasing</i> operacional).....	273
4.10.9.4.	Da controvérsia jurisprudencial sobre o arrendamento mercantil.....	273
4.10.10.	Cartão de crédito	274
4.10.10.1.	Definição.....	274
4.10.10.2.	Fases da operação do cartão de crédito	275
4.10.10.2.1.	Emissão do cartão	275
4.10.10.2.2.	Utilização do cartão pelo titular ou cotitular.....	275
4.10.10.2.3.	Pagamento do saldo devedor à operadora.....	276
4.10.11.	Faturização (<i>factoring</i>).....	277
4.10.11.1.	Definição	277
4.10.11.2.	Características gerais	278
4.10.11.3.	Modalidades	278
4.10.11.3.1.	<i>Conventional factoring</i>	278
4.10.11.3.2.	<i>Maturity factoring</i>	278
4.10.11.4.	Da natureza jurídica do contrato de faturização.....	278
4.10.12.	Contratos bancários	279
4.10.12.1.	Definição	279
4.10.12.2.	Operações passivas	280
4.10.12.2.1.	Depósito bancário.....	280
4.10.12.2.2.	Conta-corrente.....	281

4.10.12.2.3. Aplicação financeira	281
4.10.12.3. Operações ativas	281
4.10.12.3.1. Mútuo bancário	281
4.10.12.3.2. Desconto bancário	282
4.10.12.3.3. Abertura de crédito	282
4.10.12.3.4. Crédito documentário	282
4.10.13. Seguro	282
4.10.13.1. Definição	282
4.10.13.2. Elementos do contrato de seguro	283
4.10.13.3. Características gerais	284
4.10.13.4. Obrigações das partes	284
4.10.13.4.1. Obrigações da seguradora	284
4.10.13.4.2. Obrigações do segurado	285
4.10.13.5. Gêneros de seguro	285
4.10.13.5.1. Seguro de dano	286
4.10.13.5.2. Seguro de pessoa	286
4.10.13.5.3. Seguro-saúde	287
4.10.14. Locação comercial ou empresarial	287
CAPÍTULO 5 – DIREITO DA EMPRESA EM CRISE	291
5.1. Aspectos gerais	291
5.2. Falência	292
5.2.1. Definição	292
5.2.2. Abrangência	294
5.2.2.1. Da extensão da falência e da recuperação de empresas a atividades econômicas não empresariais	296
5.2.2.2. Da legitimidade para o processo falimentar	297
5.2.3. Características gerais	298
5.2.4. Fases do processo falimentar	299
5.2.4.1. Fase preliminar ou declaratória	299
5.2.4.2. Fase de arrecadação de bens e classificação de créditos	299
5.2.4.3. Fase de liquidação ou satisfativa	299
5.2.5. Hipóteses legais de caracterização da falência	299
5.2.5.1. Impontualidade	300
5.2.5.2. Prática de atos de falência	300
5.2.5.3. Autofalência	302
5.2.6. Formas de manifestação do devedor	303
5.2.6.1. Depósito elisivo	303
5.2.6.2. Hipóteses elisivas da falência	304
5.2.6.3. Outras defesas	305
5.2.7. Do juízo falimentar	305

5.2.8.	Sentença declaratória da falência	305
5.2.8.1.	Termo legal da falência	307
5.2.8.2.	Recursos cabíveis.....	309
5.2.8.3.	Formação da massa falida	309
5.2.8.4.	Continuação do negócio na falência.....	309
5.2.9.	Efeitos da sentença declaratória da falência	309
5.2.9.1.	Efeitos em relação aos direitos dos credores.....	310
5.2.9.2.	Efeitos em relação à pessoa do falido	311
5.2.9.3.	Efeitos em relação aos sócios e aos administradores da sociedade falida.....	313
5.2.9.4.	Efeitos em relação aos bens do falido	314
5.2.9.4.1.	Falência sumária	317
5.2.9.4.2.	Patrimônio de afetação.....	318
5.2.9.5.	Efeitos em relação às obrigações e aos contratos do falido	319
5.2.10.	Pedido de restituição e embargos de terceiro	321
5.2.11.	Ineficácia de atos praticados pelo devedor antes da falência ...	323
5.2.12.	Administração da falência.....	326
5.2.12.1.	Administrador judicial	326
5.2.12.2.	Comitê de credores.....	330
5.2.12.3.	Assembleia geral de credores.....	331
5.2.13.	Verificação dos créditos na falência.....	333
5.2.14.	Classificação dos créditos	334
5.2.15.	Liquidação do ativo	337
5.2.15.1.	Realização do ativo.....	337
5.2.15.2.	Pagamento dos créditos na falência	341
5.2.16.	Término da falência.....	342
5.2.16.1.	Encerramento do processo falimentar.....	342
5.2.16.2.	Extinção das obrigações do falido.....	343
5.3.	Recuperação de empresas	345
5.3.1.	Introdução	345
5.3.2.	Recuperação judicial.....	346
5.3.2.1.	Definição.....	346
5.3.2.2.	Características gerais.....	347
5.3.2.3.	Requisitos da recuperação judicial.....	349
5.3.2.4.	Direitos dos credores na recuperação judicial.....	349
5.3.2.5.	Meios de recuperação judicial	352
5.3.2.6.	Órgãos da recuperação judicial.....	354
5.3.2.7.	Processo de recuperação judicial.....	360
5.3.2.8.	Plano especial de recuperação judicial	371
5.3.2.9.	Convolução da recuperação judicial em falência.....	372
5.3.3.	Recuperação extrajudicial.....	372
5.3.3.1.	Definição.....	372

5.3.3.2.	Características gerais.....	373
5.3.3.3.	Requisitos da recuperação extrajudicial.....	375
5.3.3.4.	Direitos dos credores na recuperação extrajudicial....	375
5.3.3.5.	Homologação do plano de recuperação extrajudicial ...	376
5.3.3.6.	Procedimento de homologação do plano de recuperação extrajudicial	378
5.3.3.7.	Crimes falimentares	380
5.3.3.8.	Disposições processuais penais	383
5.4.	Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras	384
5.4.1.	Entidades sujeitas à intervenção e à liquidação extrajudicial....	384
5.4.2.	Intervenção extrajudicial	385
5.4.2.1.	Definição	385
5.4.2.2.	Aspectos gerais.....	385
5.4.2.3.	Do processo da intervenção	386
5.4.2.4.	Cessação do regime de intervenção extrajudicial.....	388
5.4.2.5.	Regime de Administração Especial Temporária (Raet)	388
5.4.3.	Liquidação extrajudicial	389
5.4.3.1.	Definição.....	389
5.4.3.2.	Aspectos gerais.....	389
5.4.3.2.1.	Decretação <i>ex officio</i> motivada por causas econ�micas que possam acarretar a insolvência da instituição financeira e prejuízos aos seus credores (art. 15, I, <i>a e c</i>).....	389
5.4.3.2.2.	Decretação <i>ex officio</i> motivada como punição administrativa ao descumprimento de normas legais (art. 15, I, <i>b e d</i>).....	389
5.4.3.2.3.	Decretação motivada por pedido dos administradores da própria instituição financeira (art. 15, II).....	389
5.4.3.3.	Processo de liquidação extrajudicial	390
5.4.3.4.	Hipóteses de extinção do processo de liquidação extrajudicial	393
5.4.4.	Responsabilidade dos administradores de instituições financeiras.....	394
5.4.4.1.	Declaração de indisponibilidade de bens.....	394
5.4.4.2.	Instauração de inquérito administrativo.....	395
5.4.5.	Do termo de compromisso.....	396
5.4.6.	Do acordo administrativo em processo de supervisão.....	397
CAPÍTULO 6 – PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....		399
6.1.	Propriedade intelectual e propriedade industrial	399
6.2.	Propriedade industrial e direito da propriedade industrial.....	400
6.3.	Aspectos jurídico-constitucionais	401

6.4.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).....	401
6.5.	Das formas de proteção à propriedade industrial no Brasil – Patentes e registros.....	401
6.5.1.	Patentes.....	402
6.5.1.1.	Processo de concessão de patente.....	404
6.5.1.2.	Da licença compulsória.....	405
6.5.2.	Registros.....	406
6.5.2.1.	Processo de concessão de registro.....	406
6.6.	Modalidades de propriedade industrial.....	407
6.6.1.	Invenções.....	407
6.6.2.	Modelos de utilidade.....	408
6.6.3.	Desenhos industriais.....	409
6.6.4.	Marca.....	410
6.6.4.1.	Classificação das marcas quanto à sua natureza.....	411
6.6.4.2.	Classificação das marcas quanto à sua forma.....	411
6.6.4.3.	Requisitos de registrabilidade de marcas.....	411
6.7.	Indicações geográficas.....	418
6.8.	Dos crimes contra a propriedade industrial.....	419
6.8.1.	Crimes contra as patentes.....	419
6.8.2.	Crimes contra os desenhos industriais.....	420
6.8.3.	Crimes contra as marcas.....	420
6.8.4.	Crimes cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda.....	421
6.8.5.	Crimes contra indicações geográficas e demais indicações.....	421
6.8.6.	Crimes de concorrência desleal.....	421
6.9.	Medidas judiciais.....	422
6.10.	Nome empresarial, marca e nome de domínio na internet.....	423
	REFERÊNCIAS.....	425